

Neoliberalismo: da direita à esquerda na política brasileira

Neoliberalism: from the right to the left in brazilian politics

Daniel Carvalho Silva*  

Resumo: Esta pesquisa propõe uma abordagem crítica ao debater sobre a política neoliberal brasileira, analisando de forma sucinta as conjunturas históricas dos governos Collor, FHC, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro. Em um contexto de governanças assimiladas ao neoliberalismo, o capital amplia seus lucros enquanto a classe trabalhadora permanece subjugada. O resgate da historicidade e dos eventos contemporâneos é essencial para aprofundar a compreensão das dinâmicas do sistema capitalista e suas implicações. A metodologia adotada é de cunho histórico-dialético, fundamentada em bibliografias e documentos.

Palavras-chaves: Neoliberalismo; Estado; Classe trabalhadora; Capital.

Abstract: This research proposes a critical approach to the debate on brazilian neoliberal policy, briefly analyzing the historical conjunctures of the Collor, FHC, Lula, Dilma, Temer and Bolsonaro governments. In a context of governance assimilated to neoliberalism, capital expands its profits while the working class remains subjugated. The rescue of historicity and contemporary events is essential to deepen the understanding of the dynamics of the capitalist system and its implications. The methodology adopted is of a historical-dialectical nature, based on bibliographies and documents.

Keywords: Neoliberalism; State; Working class; Capital.

Introdução

A ideologia neoliberal configura-se como o modelo predominante na política contemporânea, sendo amplamente adotada tanto em países centrais quanto periféricos. Mesmo diante das diferentes estruturas políticas, culturais e orientações ideológicas — que variam da direita à esquerda —, a adesão a essa concepção é notável e de grande abrangência.

Friedrich Hayek é eminentemente reconhecido como um dos precursores do neoliberalismo. Uma de suas obras mais influentes é “O Caminho da Servidão”, publicado em 1944. Nesse livro, ele argumenta de forma vigorosa contra a intervenção estatal na economia e

* Universidade do Estado de Minas Gerais. E-mail: daniel.carsilva2001@gmail.com

o coletivismo. Essa perspectiva foi extensivamente disseminada nas instituições acadêmicas, especialmente entre os economistas. O neoliberalismo consolidou-se como ideologia proeminente nos países centrais a partir da década de 1970, resultado da crise econômica e do colapso dos fundamentos keynesianos¹.

Com a crise do petróleo em 1973, o *Welfare State* dos países centrais encerrou o ápice do aparente “equilíbrio” do capitalismo, conforme argumentado por diversos estudiosos. Os chamados “anos dourados” foram interrompidos pela crise estrutural e inevitável do sistema hegemônico, abrindo caminho para uma nova fase, a barbárie neoliberal.

Em 1974, Hayek foi reverenciado com o Prêmio Nobel de Economia, consolidando-se como um modelo para a orientação política e ideológica da sociedade capitalista.

Para os detratores do modelo keynesiano, era o momento de propor uma nova ordem para o desenvolvimento do capitalismo, centrada na hegemonia do mercado. Em plena Guerra Fria e em um clima de anticomunismo radical, aqueles economistas, sociólogos e cientistas políticos que haviam sido ridicularizados por defender o mercado como fonte de equilíbrio político e social foram alçados a salvadores do capitalismo (Rosenmann, 2016, p. 4).

Representantes políticos dos países centrais, como a primeira-ministra Margaret Thatcher no Reino Unido em 1979 e o presidente Ronald Reagan nos Estados Unidos em 1980, entre outros, efetivaram a abordagem neoliberal através do Estado, deixando um rastro de privatizações e austeridade fiscal.

Os trabalhadores desses países, que haviam desfrutado do Estado de bem-estar social com base nas políticas keynesianas de investimento em políticas sociais, expansão do crédito, regulação do mercado e proteção dos direitos trabalhistas, viram a classe dominante promover “[...] a erosão das regulações estatais visando claramente à liquidação de direitos sociais, ao assalto ao patrimônio e ao fundo públicos [...] liberando-a da tutela do “Estado protetor” (Netto, 2012, p. 214).

A restauração do capital incidiu em altos índices de desemprego, na redução do poder aquisitivo das famílias, no surgimento de empregos precários e na flexibilização das proteções trabalhistas, resultando no empobrecimento dos trabalhadores e no enriquecimento desenfreado das elites. Segundo Netto (2012, p. 214), “a desqualificação do Estado tem sido, como é notório, a pedra-de-toque do privatismo da ideologia neoliberal: a defesa do “Estado mínimo” pretende, fundamentalmente, o “Estado máximo para o capital”.

¹A teoria de John Maynard Keynes, conhecida como keynesianismo, embora inserida nos moldes do mercado, defendia o investimento social por meio do Estado. Essa abordagem incluía medidas como a promoção do pleno emprego, a oferta de salários indiretos, o estímulo ao consumo em massa e a implementação de políticas sociais abrangentes.

No Brasil, o neoliberalismo emergiu durante a década de 1990, contrastando com os direitos sociais conquistados na promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/1988). O país não experimentou um Estado de bem-estar social devido à sua condição periférica e à submissão a países imperialistas, tendo também atravessado longos períodos de repressão sob regimes ditatoriais. A consolidação dos direitos sociais no país ocorreu somente em 1988 com a Constituição. No entanto, os governos subsequentes adotaram uma perspectiva neoliberal que contrariava as conquistas sociais estabelecidas.

Este estudo analisa concisamente a política incorporada pelos representantes políticos brasileiros, focando no contexto político do país na década de 1990, abordando os governos de Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso (FHC), os 14 anos do Partido dos Trabalhadores (PT) sob a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, e os governos de orientação ultraliberal² de Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro. O objetivo desta pesquisa é explorar a ideologia neoliberal que permeia tanto a direita quanto a esquerda brasileira.

O neoliberalismo nos governos Collor e FHC

O Brasil ingressou na década de 1980 imerso em um contexto de lutas pela redemocratização e pela garantia de direitos sociais. Em 1985, o país alcançou a tão esperada democratização, após duas décadas sob o jugo da ditadura militar burguesa. Esse cenário foi marcado por significativas mobilizações dos movimentos sociais, onde as demandas por democracia se entrelaçavam com a busca por políticas sociais.

A promulgação da nova Constituição em 1988 representou a esperança de um Brasil que priorizasse a assistência social, educação, saúde, trabalho, habitação, lazer, segurança, previdência, proteção à maternidade e a infância. Organizações como a Articulação Nacional de Entidades pela Mobilização Popular na Constituinte desempenharam um papel fundamental ao introduzir o conceito de seguridade social³, além de estender os benefícios previdenciários aos trabalhadores rurais e estabelecer o Benefício de Prestação Continuada (BPC)⁴. Além disso, ocorreram iniciativas de descentralização do Estado Federal, propiciando maior autonomia e

² O ultraliberalismo se caracteriza radicalmente pela liberalização da economia, redução do papel do Estado, privatizações, abertura ao mercado internacional, governança alinhada ao mercado financeiro e retrocesso nas políticas sociais. Trata-se, assim, de uma versão pura do neoliberalismo.

³ O tripé da seguridade social se concretiza da seguinte forma: previdência de caráter contributivo, assistência destinada a quem dela necessitar, saúde para todos.

⁴ A previdência destinada aos trabalhadores rurais é viabilizada pelas precariedades do setor rural, enquanto o BPC atende pessoas idosas ou com deficiência que estão impedidas de exercer atividade laboral para garantir sua sobrevivência.

participação para os “municípios como entes federativos autônomos, os conselhos paritários de políticas e de direitos e a instituição de um ciclo orçamentário que passa a comportar um orçamento da seguridade social” (Behring; Boschetti, 2016, p. 144).

Nessa conjuntura, o Brasil havia conquistado importantes garantias sociais por lei, porém frequentemente o que estava estabelecido na legislação não se concretizava na prática. O processo de elaboração da Constituição foi marcado por uma complexidade decorrente da multiplicidade de ideologias políticas em jogo, combinando progresso com conservadorismo.

Apesar de terem sido assegurados aspectos como seguridade social e direitos humanos e políticos, a persistência da militarização, da dependência econômica e da ausência da implementação da reforma agrária apontava para a manutenção da predominância de ideias conservadoras na sociedade brasileira.

Em 15 de março de 1990, Fernando Collor de Mello, identificado com as tendências mais à direita do espectro político, assumiu o cargo de 32º presidente do Brasil. Com um discurso modernizador, prometia reconstruir um novo Brasil por meio de uma liderança jovem e audaciosa. Ele ficou conhecido por sua luta contra os privilégios dos chamados “marajás”, termo utilizado para se referir aos funcionários públicos. Sua postura de “caçador de marajás” conquistou apoio da ala empresarial e da opinião pública.

Novas medidas de redução dos gastos do estado de Alagoas com os “marajás” despertaram a atenção dos órgãos de imprensa das grandes cidades, especialmente de São Paulo e do Rio de Janeiro, para o nome de Collor. [...] As mesmas pesquisas apuraram que a maioria dos eleitores preferia um candidato jovem, com experiência administrativa e que fosse claro opositor do presidente José Sarney (Lemos, 2009, p. 7).

Seguindo as diretrizes do Consenso de Washington, que reuniu em novembro de 1989 o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foram propostas medidas que se concentravam em três pilares:

a retirada do Estado das atividades econômicas; a liberalização dos mercados nacionais para a importação de bens e serviços e a entrada de capitais de risco; e a obtenção da estabilidade monetária, por meio do combate intransigente à inflação, ainda que à custa de recessão, aumento do desemprego, contenção salarial e diminuição dos investimentos públicos na área social (Lemos, 2009 p. 9).

Ao assumir a presidência, o governo Collor simbolizou o neoliberalismo na gestão pública. Logo de início, junto à ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello, o governo implementou a polêmica medida de bloquear os saldos em conta corrente e cadernetas de poupança por um período de um ano e meio.

Para muitos, era a motivação para se viver, o meio para se atingir um sonho ou a esperança de cura de uma doença grave. Era garantia de uma velhice

digna ou a chance de ajudar um ente querido em dificuldade. E o governo tinha ciência disso: as campanhas publicitárias dos bancos inclusive dos públicos, naquela época exploravam os desejos e necessidades das pessoas, apontando a caderneta de poupança como caminho para a felicidade, que por meio dela seria possível a realização de todos os sonhos (Andozia, 2019, p. 141).

Assim, o chamado Plano Collor foi lançado com o objetivo de:

[...] combater a inflação e reduzir o déficit público, criando, segundo seus mentores, as condições para o Brasil ingressar no chamado Primeiro Mundo. As principais medidas adotadas foram: a extinção de 24 empresas estatais, com a demissão dos respectivos funcionários que não estivessem protegidos pelas regras da estabilidade; a elevação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); o aumento da taxa sobre os lucros do setor agrícola e o fim dos subsídios à exportação não garantidos no texto constitucional; a reintrodução do cruzeiro como moeda nacional, em substituição ao cruzado novo, criado no governo anterior; o congelamento de preços e salários, que passariam a ser reajustados conforme índices de inflação prefixados; o fim dos títulos ao portador e dos cheques ao portador de valores acima de um teto determinado; a flutuação do câmbio segundo as tendências do mercado; a redução da presença do Estado na economia, por meio da privatização de empresas estatais; e a abertura econômica para o exterior, com a redução progressiva das alíquotas de importação (Lemos, 2009, p. 10).

O Brasil rapidamente mergulhou em volatilidade, conduzido pelos Planos Collor I e II, a economia estava em declínio, a inflação disparava atingindo 400%, e o Produto Interno Bruto (PIB) sofria uma redução de 4,6%. A crise se aprofundava ao longo do governo, deixando a classe trabalhadora imersa na pobreza, com o desemprego atingindo níveis recordes de 5,23% ao ano (Lemos, 2009, p. 10).

Fernando Collor de Mello governou por dois anos até sofrer impeachment, em meio a uma intensa desaprovação popular e dos setores empresariais. Seu governo ficou marcado pela instabilidade, escândalos de corrupção, uma economia desequilibrada com altas taxas de inflação, desemprego em massa e um aumento significativo do empobrecimento.

Após o impeachment, o vice Itamar Franco assumiu a presidência, tornando-se o 33º presidente do Brasil. Em meio a uma crise econômica, ele designou Fernando Henrique Cardoso (FHC) para os cargos de Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Fazenda, nos quais ele lançou o Plano Real em 1994. As ações políticas resultantes levaram à redução da hiperinflação herdada da ditadura militar e do governo Collor. Esse resultado positivo aumentou a popularidade de FHC entre capitalistas e setores populares.

Fez do “Plano Real”, como instrumento de estabilização monetária, o primeiro passo para uma inteira abertura do mercado brasileiro (de bens e serviços) ao capital internacional. Essa desregulamentação implicava um outro movimento, diretamente referido ao Estado e com dupla face: de uma parte, uma forte redução do papel empresarial estatal – donde a selvagem dilapidação (privatização) do patrimônio público; de outra, a pretexto da

redução do déficit público e em nome do “ajuste estrutural”, a redução dos fundos públicos para o financiamento das políticas sociais voltadas para a massa dos trabalhadores. Mais precisamente, o projeto político do grande capital concentrou-se na reforma do Estado (enquadrada, como se vê, numa perspectiva neoliberal) – “reforma” que só poderia ser conduzida contra o espírito da Constituição de 1988 (Netto, 1999, p. 80 *apud* Cassin, 2015, p. 80).

Em 1995, Fernando Henrique Cardoso tornou-se o 34º presidente do Brasil. O governo de orientação direitista e neoliberal, liderado pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), iniciou sob a gestão do então ministro Bresser Pereira - que estava à frente do Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE) - um processo de reestruturação do Estado visando aliviar a crise fiscal. As chamadas “reformas” visavam, principalmente, a contenção dos gastos públicos, por meio de privatizações e redução de investimentos sociais, com objetivo de alcançar superávit primário e promover a “eficiência do Estado”.

As medidas de austeridade fiscal, incidiam sobre áreas vitais como educação, saúde e direitos trabalhistas, prejudicando significativamente as condições de vida da classe trabalhadora. Conforme aponta Castelo (2013, p. 244) “[...] as taxas de crescimento econômico continuaram estagnadas, o desemprego cresceu, os empregos gerados foram de baixa qualificação e, principalmente, os índices de pobreza e desigualdade aumentaram”.

O prolongado processo de empobrecimento e redução dos direitos sociais levou a classe trabalhadora a demonstrar descontentamento em relação ao governo, o que resultou em respostas de políticas seletivas. FHC introduziu iniciativas como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás e Cartão Alimentação para famílias. Essas políticas foram de natureza paliativa e visavam principalmente a sustentação do governo, do capital e da ideologia neoliberal.

Nesse sentido, o FMI e o BIRD propuseram medidas corretivas de promoção de reformas estruturais, onde o Estado passaria a ter uma função reguladora, operacionalizando, juntamente com o setor privado, políticas sociais focalizadas, assistencialistas e emergenciais destinadas ao alívio imediato das expressões mais perversas da questão social (Cassin, 2015, p. 56).

O governo, apesar dos escassos investimentos em políticas sociais, buscou atenuar a situação da classe trabalhadora por meio da implementação de programas de transferência de renda. No entanto, ao invés de adotar políticas sociais eficazes de alcance universal, optou por políticas sociais seletivas e fragmentadas, transformando-as, de fato, em auxílios de curto prazo.

O social-liberalismo é tido não como uma conscientização humanista e social da burguesia, mas como uma ideologia de manutenção da ordem capitalista que embasa uma série de intervenções políticas nas expressões da “questão social”, como ações do voluntariado, da filantropia empresarial, da responsabilidade social, do terceiro setor e de políticas sociais assistencialistas e fragmentadas, que não questionam as bases da acumulação capitalista,

produtora de riqueza no topo e de miséria na base da hierarquia social (Castelo, 2013, p. 276-77).

O trinômio neoliberal de privatização, focalização e descentralização, sob a perspectiva de Behring e Boschetti (2016), culminou em agravamento das expressões da “questão social”. As conquistas previstas na Constituição, que buscavam garantir um sistema de saúde de qualidade, educação, assistência social e direitos abrangentes, foram sucateadas pela predominância do ideário neoliberal.

Da direita à esquerda: os 14 anos dos governos do Partido dos Trabalhadores

Fernando Henrique Cardoso ocupou a presidência do Brasil de 1995 a 2002. Durante esse período, o país chegou ao início do século XXI com uma taxa de pobreza de 38,3%. O coeficiente de Gini, que mensura o nível de desigualdade social, atingiu 0,59, superior ao registrado em 1992, durante o governo de Fernando Collor de Mello (Zimmermann; Silva, 2012). A disparidade social se acentuava, e a economia, que gerava lucros significativos para o empresariado, resultava contraditoriamente em escassez nos recursos materiais dos trabalhadores.

O modelo neoliberal da direita brasileira já não se mostrava viável, e a população clamava por direitos sociais eficazes. Em 2002, no pleito eleitoral, um nordestino de origem operária e líder sindical dos metalúrgicos, emergiu como a figura da esperança de um novo modelo político que melhorasse as condições sociais dos trabalhadores.

Dessa forma, Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência do Brasil como o 35º presidente, representando o Partido dos Trabalhadores (PT). Seu mandato, que abrangeu os anos de 2003 a 2010, foi um período crucial em que ele se destacou como uma figura proeminente no cenário político da esquerda nacional.

As políticas implementadas pelo seu governo tiveram um impacto significativo no progresso social brasileiro. Em 2003, foi criado o Programa Fome Zero. Em 2004, foi implementado o Bolsa Família, que unificou programas federais anteriores, como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás e Cartão Alimentação. Em 2005, houve o pagamento de 23 bilhões da dívida externa com o FMI. Em 2007, foi instituído o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), voltado de moradia para a população de baixa renda. Em 2009, Programa Minha Casa Minha Vida, além de significativos investimentos na política de Assistência Social (Cassin, 2015). O percentual de pobreza em 2009 caiu para 24,3% e o índice Gini para 0,54 (Zimmermann; Silva, 2012).

Esses programas sociais contribuíram para a melhoria social da classe trabalhadora, acompanhados por aumentos salariais acima da inflação e baixos índices de desemprego. Segundo Pochmann (2013, p. 154), “[...] a pobreza caiu mais de 30% desde 2003 e o Brasil conseguiu voltar a permitir a mobilidade social para milhões de brasileiros, após mais de duas décadas de congelamento das oportunidades educacionais, de renda e de ocupação”. Os trabalhadores experimentaram um avanço social significativo, com redução na desigualdade de renda devido às políticas de transferência, crescimento salarial e uma relativa ascensão social.

Os avanços alcançados são inegáveis, no entanto, é essencial analisar que tais progressos não têm sido direcionados para uma efetiva transformação social, mas sim para medidas temporárias. A maneira de abordar o combate à desigualdade social tem se baseado em transferências de renda focalizadas e seletivas, em detrimento de políticas sociais universais. Lula ampliou os “gastos sociais”⁵ em comparação ao seu antecessor, mas manteve a lógica rentista da ideologia neoliberal.

Essa, por suas próprias características, mas também pelo caráter do benefício com que é agraciada, não tem motivos para contestar o governo Lula. Enquanto tais políticas tiverem prosseguimento, a população de baixa renda verá em Lula aquele que mudou sua vida para melhor. Para eles, o fato de a estrutura social, econômica e política do país reproduzir sem cessar os fatores que criam a pobreza onde se encontram não se constitui um problema, desde que o fluxo das transferências não seja interrompido. Como visto, embora beneficie parcela significativa da população brasileira, a manutenção dos programas de transferência de renda não envolve valores tão expressivos. Isso significa que sua continuidade e aprofundamento não apresentam maiores problemas, não indo contra as demais propostas do governo Lula. Pelo contrário, programas desse tipo, de caráter assistencial e por isso compensatório, fazem parte de qualquer agenda neoliberal, a começar pela do Banco Mundial (Marques; Mendes, 2006, p. 15).

O neodesenvolvimentismo, frequentemente caracterizado por alguns intelectuais como a abordagem governamental adotada pelo PT, configura-se como uma versão atenuada da concepção neoliberal.

O desafio do neodesenvolvimentismo consiste, portanto, em conciliar os aspectos “positivos” do neoliberalismo — compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional — com os aspectos “positivos” do velho desenvolvimentismo — comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social (Sampaio Jr., 2012, p. 679).

⁵ O texto utiliza a expressão “gastos sociais” como nomenclatura técnica, mas ressalta que, embora comumente empregada de forma pejorativa no discurso midiático, é fundamental compreender que esses supostos “gastos” são, na verdade, investimentos essenciais para uma sociedade mais justa. Trata-se de aportes direcionados a áreas como educação, saúde, assistência social, previdência e direitos trabalhistas, entre outras, que promovem o bem-estar coletivo e o desenvolvimento social.

Como aponta Castelo (2013, p. 344), “a economia vulgar derrotou a Economia Política desenvolvimentista, que viu alguns de seus intelectuais mais influentes aderirem às teses neoliberais na sua versão social-liberal”. Mesmo que o neoliberalismo tenha sido implementado de forma moderada, sua abordagem continuava a ser prejudicial, uma vez que não considerava a proveniência das expressões da “questão social” e falhava em reduzi-las de maneira eficaz. As políticas sociais são limitadas a benefícios de curto prazo refletindo uma postura paternalista. Segundo Sampaio Jr. (2012, p. 685):

Existe, portanto, uma incongruência absoluta entre o que o neodesenvolvimentismo pensa ser — uma alternativa qualitativa de desenvolvimento capaz de resolver os problemas renitentes da pobreza e da dependência externa — e o que é de fato: apenas uma nova versão da surrada teoria do crescimento e da modernização acelerada como solução para os problemas do Brasil. Nada mais do que isso. Além de seu papel nas lutas intestinas da burocracia que comanda a política econômica, o “neodesenvolvimentismo” cumpre uma dupla função como arma ideológica dos grupos políticos entrincheirados nas estruturas do Estado: diferencia o governo Lula do governo FHC, lançando sobre este último a pecha de “neoliberal” e reforça o mito do crescimento como solução para os problemas do país, iludindo as massas.

A busca pela legitimidade política por parte de Lula vem desde 1989, e apenas foi conquistada em 2002, quando ele suavizou seu discurso, buscando a conciliação de classes e se aproximando dos interesses do capital. Ao optar por seguir a perspectiva de mercado e dar continuidade às políticas econômicas do governo FHC, como o superávit primário, a Desvinculação de Receitas da União (DRU), o controle das taxas de juros pela Selic, o constante pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida pública, e o aumento da arrecadação da União, o governo perpetuou a política neoliberal, em busca de “manter o equilíbrio financeiro do Estado”⁶.

A cada derrota eleitoral (em 1989, 1994 e 1998), a meta socialista inicialmente inscrita nos documentos do partido apresentava-se cada vez mais vazia, o programa se tornava mais moderado e a relação com a classe trabalhadora e os movimentos sociais, mais distante e formal (Cassin, 2021, p. 173).

O partido que poderia ter orientado novos rumos para a política nacional acabou por se tornar apenas mais um partido burocrático, abandonando a perspectiva expressa no seu Congresso Nacional em 1981:

Nós, do PT, sabemos que o mundo caminha para o socialismo. OS trabalhadores que tomaram a iniciativa histórica de propor a criação do PT já sabiam disto muito antes de terem sequer a ideia da necessidade de um partido.

⁶ É contraditório defender o equilíbrio do Estado enquanto se reduzem os direitos dos trabalhadores e se ampliam as concessões ao capital. O Estado, que deveria atender aos interesses públicos da classe trabalhadora, concentra seus esforços em beneficiar os setores privados da burguesia, resultando no aumento dos lucros e no agravamento da desigualdade social.

(...) Os trabalhadores são os maiores explorados da sociedade atual. Por isso sentimos na própria carne e queremos, com todas as forças, uma sociedade que, como diz o nosso programa, terá que ser uma sociedade sem exploradores. Que sociedade é esta senão uma sociedade socialista? (Lula, 1980, p. 66 *apud* Iasi, 2012, p. 387).

Ao final do seu segundo mandato, Lula conservava sua popularidade entre amplos setores da sociedade, com uma taxa de aprovação de 87%, de acordo com dados do Ibope em 2010. O apoio tanto das camadas populares quanto da conciliação com segmentos capitalistas permitiu a candidatura de sua sucessora, Dilma Rousseff, que se tornou a primeira mulher presidente do Brasil.

A gestão da 36ª presidente foi marcada pela expansão do programa Bolsa Família, juntamente com a criação de outros programas sociais, como o Brasil Sem Miséria (BSM), lançado em junho de 2011. Segundo o relatório de 2015, “[...] as ações do BSM retiraram 22 milhões de pessoas da situação de extrema pobreza” (Brasil, 2015). Em paralelo, o Brasil Carinhoso “[...] consistia na transferência automática de recursos financeiros para custear despesas com manutenção e desenvolvimento da educação infantil, contribuir com as ações de cuidado integral, segurança alimentar e nutricional” (Brasil, 2015). Outro importante programa foi o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), que visava ampliar o acesso ao ensino técnico e à qualificação profissional, promovendo a inclusão social. Segundo Oliveira (2013, p. 324):

São exemplos a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional consubstanciada no programa Fome Zero; a Política de Promoção da Igualdade Racial, coordenada pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir); a Política da Promoção da Igualdade de Gênero, impulsionada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Essas políticas têm sido ampliadas no governo da presidenta Dilma, com destaque para o Brasil sem Miséria, Bolsa Família – no qual mais de 70% dos beneficiários são mulheres que afirmam ter adquirido autonomia e poder de escolha desde o que comprar no supermercado até se continuam com suas relações afetivas.

Dilma implementou medidas como a redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) no crédito pessoal, a ampliação dos programas sociais e a valorização do salário mínimo acima da inflação. De acordo com Corsi (2016, p. 6), “Dilma caminhava no sentido de modificar a política macroeconômica neoliberal herdada de FHC, particularmente ao reduzir a taxa de juros e flexibilizar a forma de combate à inflação”. Todavia, desagradou os interesses do mercado financeiro, que passaram a pressionar por ajustes fiscais.

A narrativa de instabilidade econômica, construída em torno da necessidade de o Estado equilibrar suas contas, foi amplamente disseminada, reforçando a ideia de que os “gastos sociais” poderiam comprometer o desempenho econômico, embora o verdadeiro impacto

tivesse sido a redução do papel do Estado em relação à população, com a priorização do mercado. Nesse contexto, o mercado financeiro reagia de forma positiva a políticas que favorecessem o setor privado e reduzissem o papel do Estado, enquanto demonstrava desconfiança diante de investimentos sociais direcionados aos trabalhadores, em sua busca incessante pelo aumento da mais-valia.

Como foi claramente demonstrado por Marx, na incessante procura pelo aumento da taxa de mais-valia, quando a jornada de trabalho, produto das lutas de classes historicamente desenvolvidas, encontra-se limitada legalmente, caminha, o capitalista, para a exploração da mais-valia relativa; isto é, a substituição do prolongamento do dia de trabalho (mais-valia absoluta) pela contração do tempo de trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho, aumentando o tempo de trabalho excedente (Montanõ; Duriguetto, 2010, p. 166).

Sob pressão do capital, Dilma adotou medidas alinhadas à ideologia neoliberal, intensificando-as em comparação ao governo de Lula. Como resultado, segundo Cassin (2021, p. 180):

O abandono das promessas de campanha e a aplicação do programa econômico de seu adversário fez com que Dilma Rousseff se isolasse de seus eleitores, o que minou as possibilidades de organização de um movimento amplo de resistência popular às ofensivas da direita reacionária.

O partido abandonou sua base ideológica e, na prática, tornou-se um facilitador dos interesses dos capitalistas. A gestão dos governos petistas não adotou uma política fundamentada na consciência de classe, contribuindo efetivamente para a despolitização dos setores populares. A política do Partido dos Trabalhadores culminou no apassivamento da classe trabalhadora (Cassin, 2015), o que posteriormente contribuiu para legitimar a direita brasileira. Uma das consequências foi o impeachment da presidente Dilma Rousseff, considerado por muitos como um golpe institucional.

Golpe que depôs a presidente Dilma pode ser caracterizado como um golpe jurídico-parlamentar, uma vez que foi orquestrado por um arranjo entre diferentes setores do poder burguês: o Legislativo, o Judiciário e a Polícia Federal, com o suporte ideológico da grande imprensa (Cassin, 2021, p. 183).

A partir desse momento, o cenário político nacional abriu espaço para o avanço do ultraliberalismo e a ascensão da extrema-direita.

Aprofundamento neoliberal: de Michel Temer a Jair Bolsonaro

Os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff levaram o Brasil a alcançar os melhores índices sociais de sua história. Contudo, a complexidade de um país periférico, subordinado aos países centrais e inserido em um sistema marcado por crises cíclicas, somada

às contradições do próprio partido ao adotar diretrizes neoliberais, resultou em um progresso social limitado. Conforme afirmado por Corsi (2016, p. 10):

O governo perdeu rapidamente a iniciativa política devido a um conjunto de fatores, dentre os quais cabe destacar: deterioração da situação econômica, persistência da crise internacional, onda de casos de corrupção, campanha diuturna da imprensa contra o governo e a implosão da base de sustentação política no Congresso, reflexo do desmoronamento da instável aliança de classes que sustentava os governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Nestas circunstâncias, Dilma, optou pelo aprofundamento da política recessiva e nomeou Joaquim Levy, indicado diretamente pelo capital financeiro, para comandar o Ministério da Fazenda. Ao optar por essa estratégia ela queimou a possibilidade de tentar um amplo apoio popular contra a austeridade.

Como supracitado no capítulo anterior, Dilma persistiu com as políticas neoliberais, ampliando os ajustes para acalmar o mercado. No entanto, o grande capital já não contava mais com o Partido dos Trabalhadores para gerir a política de Estado. De acordo com Demier (2017, p. 96 *apud* Cassin, 2021, p. 181):

Gradativamente, ao longo de 2015 e 2016, o Partido dos Trabalhadores, aos olhos do conjunto das frações da burguesia brasileira, passou a ser visto – não obstante todos os seus vis esforços em provar o contrário – como um partido incapaz de implementar as contrarreformas e o ajuste fiscal no grau, no ritmo e na intensidade exigidos pela crise econômica nos quadros de um capitalismo periférico e dependente.

O impeachment foi o instrumento escolhido para desmobilizar o PT, seu principal líder, Lula, e a esquerda. Ainda que a esquerda não seja sinônimo de petismo/lulismo, em um país onde a educação política é precária, a associação linear dessas concepções tornou-se uma estratégia categórica para marginalizá-los de forma unilateral. A narrativa de corrupção, desvio dos princípios familiares, o “iminente” comunismo e outras informações equivocadas difundidas pela direita, influenciaram consideravelmente a sociedade civil.

Enquanto o processo de impeachment era tramitado, Lula se tornou alvo prioritário das investigações da Lava Jato, a qual passou a mobilizar todos os esforços na busca de qualquer deslize que comprovasse a vinculação do ex-presidente a algum esquema de corrupção. [...] Na tentativa de conferir imunidade contra as acusações, Dilma Rousseff nomeou Lula como chefe da Casa Civil. A nomeação, no entanto, foi suspensa após o juiz Sergio Moro, à época responsável pelos julgamentos da Lava Jato, divulgar ilegalmente a gravação da conversa telefônica em que Dilma acertava com Lula o termo de posse. Tais acontecimentos foram exaustivamente divulgados pela imprensa, com a nítida intenção de desgastar ainda mais o PT – atrelando ideologicamente sua imagem aos escândalos de corrupção – e acelerar o impeachment (Cassin, 2021, p. 183).

Nessa conjuntura, parte da população, e especialmente aqueles que haviam ascendido socialmente por meio das políticas dos governos petistas, abrangendo o programa de acesso às universidades, como o Sistema de Seleção Unificada (SISU), Programa Universidade Para

Todos (PROUNI), Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e políticas de ampliação de crédito e consumo, encontrava-se agora em oposição ao partido.

Em 2016, no dia 17 de abril, a Câmara dos Deputados Federais votou favoravelmente ao processo de impeachment. Vários discursos dos apoiadores fundamentaram-se na defesa da família, na valorização do nacionalismo e no anticomunismo, marcando a ascensão da extrema-direita na política brasileira. Na ocasião, o deputado Jair Messias Bolsonaro, filiado ao Partido Social Cristão (PSC), declarou:

Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve. Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim.

Após o processo conduzido pelos demais poderes constituídos, em 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff foi destituída do cargo através do impeachment. Michel Temer, seu vice, sucedeu-a, tornando-se o 37º presidente do Brasil, representando o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), de centro-direita. Ao assumir a presidência, implementou políticas de austeridade fiscal.

O governo Temer propôs a redução dos gastos estatais, priorizando a busca pelo superávit, que implicava em uma menor intervenção por parte do Estado. Tal medida resultou em cortes nas despesas primárias, incluindo áreas como assistência social, educação e saúde, que foram congeladas por duas décadas. Paralelamente, para dar seguimento a uma agenda neoliberal, implementou-se a reforma trabalhista, reduzindo os direitos dos trabalhadores e ampliando a terceirização. Essa política de ajuste, embora elogiada por alguns economistas, impactou diretamente os direitos dos trabalhadores.

Uma das primeiras medidas do governo Temer foi apresentar ao Congresso Nacional a PEC 241/2016 (ou 55), conhecida como a PEC do Teto de Gastos, que previa a instituição de um Novo Regime Fiscal e o congelamento das despesas primárias por 20 anos. De acordo com a proposta, a partir de 2017, os gastos sociais com saúde, previdência social, assistência social, educação, cultura, saneamento, desenvolvimento agrário, ciência e tecnologia, habitação, infraestrutura, dentre outros, deveriam ser limitados às despesas executadas em 2016 e corrigidos anualmente apenas pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) até 2036. Além disso, a PEC 241/2016 sugeria uma alteração no cálculo do valor mínimo a ser destinado às políticas de saúde e educação o que, na prática, desvincula tais despesas das receitas da União e elimina o piso de gastos estabelecido constitucionalmente para estas políticas. As despesas com o pagamento de juros e amortizações da dívida pública interna e externa – que consomem a maior fatia do orçamento geral da União –, contudo, não foram incluídas neste teto de gastos (Cassin, 2021, p. 187).

A narrativa do ajuste fiscal surgiu para justificar os cortes de “gastos sociais” sob a idealização de otimizar o Estado para uma gestão “equilibrada”. No entanto, o que de fato ocorreu foi que o Estado retrocedeu em investimentos sociais, reduzindo tudo o que havia sido positivamente conquistado pela classe trabalhadora. Enquanto isso, as concessões feitas aos empresários, assim como os salários e benefícios de políticos, juízes e militares, foram mantidos e aumentados.

A direita permaneceu ganhando espaço, e, em 2018, após o segundo turno contra o candidato Fernando Haddad, do PT, Jair Messias Bolsonaro, agora no Partido Social Liberal (PSL), tornou-se o 38º presidente do Brasil. A política de seu governo deu continuidade e intensificou as políticas iniciadas por Michel Temer.

Bolsonaro representava a extrema-direita que vinha crescendo globalmente, à semelhança de Donald Trump nos EUA. A intensa concepção nacionalista, o fundamentalismo religioso, agressões à diversidade, ameaças às instituições democráticas e o incentivo ao combate ao “inimigo do povo”, referindo-se à esquerda, correspondiam a uma postura agressiva tanto economicamente quanto em relação aos costumes e valores. “Não se trata de uma corrente conservadora, no sentido tradicionalista da palavra, nostálgica do passado, mas de um autoritarismo violento, moderno, geralmente neoliberal” (Löwy, 2020, p. 13).

Bolsonaro, em conjunto ao Ministro da Economia, Paulo Guedes, aprofundou as políticas neoliberais, o que provocou a drástica redução das políticas sociais, um índice de privatizações que alcançou 36% (Konchinski, 2022) e a estagnação dos salários dos trabalhadores, que ficaram abaixo da inflação (Verenicz, 2022), restringindo, assim, o acesso aos bens produzidos. De igual modo, deu seguimento às contrarreformas dos direitos dos trabalhadores, com a reforma da previdência, que aumentava os anos de contribuição e a idade mínima, além de reduzir as pensões.

Aprovada em outubro de 2019, na forma da EC 103/2019, a nova contrarreforma da previdência ampliou o tempo mínimo de contribuição para 40 anos, para receber o benefício correspondente ao valor integral dos salários dos trabalhadores ativos; aumentou a idade mínima para aposentadoria para 62 anos (mulheres) e 65 anos (homens) e elevou o tempo de contribuição para 15 e 20 anos, respectivamente; aumentou a idade e tempo de contribuição para a aposentadoria dos professores (25 anos de contribuição e 57 anos de idade, se mulher e 60 anos de idade, se homem) e reduziu o valor das pensões. Além disso, foram instituídas novas alíquotas de contribuição e novas regras para o cálculo do valor da aposentadoria (Cassin, 2021, p. 197).

A redução dos gastos públicos promovida no governo Bolsonaro agravou a desigualdade social. Com uma política centralizada no mercado, o Brasil chegou a 29 milhões de pessoas em insegurança alimentar, como aponta o levantamento da Fundação Getúlio Vargas

(FGV), 10 milhões de desempregados e 60 milhões trabalhando em condições desprotegidas e instáveis, de acordo com o IBGE (Fome, 2023).

Mesmo com índices desfavoráveis para o desenvolvimento social brasileiro, a base de apoio bolsonarista manteve-se resiliente. A herança ultraconservadora⁷, ultraliberal e reacionária perdurou, mesmo após a derrota de Jair Messias Bolsonaro nas eleições de 2022. Em apenas seis anos, a extrema-direita consolidou um trabalho de base que a esquerda petista falhou em realizar ao longo de catorze anos no poder.

Considerações finais

A análise sintetizada do período de 1990 a 2022, abrangendo os governos eleitos pelo voto direto após a redemocratização, visa identificar o que há de comum entre eles, destacando o modo operante neoliberal com um traço predominante que serve de base para uma avaliação crítica da política nacional. Este estudo evidencia que, tanto em governos de direita quanto de esquerda, persiste uma característica estruturante do sistema capitalista: a subjugação da classe trabalhadora.

O neoliberalismo, entendido como uma nova fase da lógica liberal clássica, foi implementado por governos de direita e extrema-direita, o que não é uma grande surpresa, considerando a definição tradicional de direita e esquerda, originada durante a Revolução Francesa e representada pela divisão entre girondinos e jacobinos⁸. A conservação da ordem sempre esteve associada à direita. No entanto, é importante refletir sobre como a esquerda brasileira, ao longo de sua trajetória, permaneceu atenuada às mudanças político-ideológicas que a levaram a se adaptar ao sistema. Durante os governos do Partido dos Trabalhadores, ainda que algumas flexibilizações tenham ocorrido, o modelo neoliberal não foi desafiado de forma significativa. Assim, apesar de certas mudanças relevantes, o núcleo político e econômico do neoliberalismo permaneceu intocado. Essa continuidade, somada ao distanciamento de pautas históricas da esquerda, ao enfraquecimento de suas bases sociais e à priorização de políticas focalizadas e temporárias, mostrou-se incapaz de atender às demandas amplas da população, resultando no progressivo enfraquecimento do campo progressista.

⁷ O ultraconservadorismo é a defesa radical dos costumes, da moral e da estrutura familiar. Esse movimento fundamenta-se na ideia de proteção dos cidadãos contra a ameaça aos seus princípios e valores. Nesse sentido, busca restaurar a ordem frente à “desestruturação” promovida pelos governos de esquerda.

⁸ Os girondinos sentavam-se à direita da Assembleia Legislativa, enquanto os jacobinos ocupavam os assentos à esquerda. Dessa disposição espacial originou-se a distinção entre os termos “esquerda” e “direita” no espectro político, utilizada amplamente nos debates contemporâneos.

A conclusão apresentada se distancia de qualquer postura pós-modernista ou apolítica, que sugere uma neutralidade inexistente, caracterizando uma posição de “nem direita nem esquerda”. A alternativa, portanto, reside na política que se alinha à esquerda, lutando ao lado dos trabalhadores, com ênfase no fortalecimento dos movimentos sociais e sindicatos. É fundamental compreender que limitar-se ao sistema hegemônico e abandonar suas vertentes não contribui para a transformação das condições sociais. A esquerda não se assimila à direita, não se conforma, transforma; não se define pelo mercado, mas pela classe trabalhadora.

O resgate histórico da política brasileira implica entender a velha e famosa frase popular: “político é tudo igual, depois que eles ganham as eleições, esquecem do povo”. Embora essa expressão reflita um ceticismo quanto à capacidade de transformação por meio da política, é inegável que, no funcionamento da política institucional, o povo de fato permanece esquecido. O que precisa ser definido não é o pessimismo em relação à política, mas a insuficiência do sistema capitalista, que, seja sob a ótica neoliberal ou não, se mostra incapaz de responder adequadamente às demandas dos trabalhadores.

A trajetória histórica do capitalismo, desde um Estado liberal ortodoxo, passando pelo movimento do proletariado em busca de direitos no século XIX nos países centrais, a consolidação do *Welfare State* da social-democracia, a expansão dos movimentos sociais na luta pela redemocratização e as políticas sociais na América Latina, até a reorientação do Estado para o neoliberalismo, ilustra a dinâmica dos movimentos políticos da direita à esquerda. Em todas essas etapas, a não transformação hegemônica do capital resultou em derrotas para os trabalhadores. Como afirmam Marx e Engels (2021, p. 43):

[...] Aqui torna-se evidente que a burguesia é inapta para ser a classe governante da sociedade e para impor suas condições de existência à sociedade como uma lei primordial. É inapta para governar porque é incompetente para assegurar uma existência para os seus escravos dentro da escravatura; porque não consegue evitar de deixá-los afundar em tal estado, pois ela tem de alimentá-los, em vez de ser alimentada por eles. A sociedade não pode mais viver sob esta burguesia, em outras palavras, a sua existência não é mais compatível com a sociedade.

Somente uma nova forma política, alicerçada na coletividade e na emancipação da classe trabalhadora, pode possibilitar a construção de uma sociedade pautada na justiça social. Nesse sentido, torna-se imprescindível a consolidação de um socialismo democrático e científico formulado por Karl Marx e Friedrich Engels.

Referências bibliográficas

- ANDOZIA, Francine De Lorenzo. *Passaram a mão na minha poupança: um estudo sobre o impacto do Plano Collor no cotidiano da população brasileira urbana em 1990*. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-04092019-155409/>. Acesso em: 05 jun. 2024.
- BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, v. II, 2016. v. 2. ISBN 978-85-249-2445-3.
- BONIN, Robson. Popularidade de Lula bate recorde e chega a 87%, diz Ibope. *G1-Política*, 2010. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- BRASIL. *Brasil Carinhoso*. FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/brasil-carinhoso>. Acesso em: 20 junho. 2024.
- BRASIL. *Brasil Sem Miséria*. Secretaria de Relações Institucionais. Disponível em: <https://www.gov.br/sri/pt-br/backup-secretaria-de-governo/iniciativas/internacional/fsm/eixos/inclusao-social/brasil-sem-miseria>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- CASSIN, M. P. da S. *As políticas sociais nos governos do PT e o apassivamento da classe Trabalhadora*. 2015. 182 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- CASSIN, M. P. da S. *Política social no capitalismo dependente brasileiro*. 2021. 251 p. Tese (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social) — Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- CASTELO, Rodrigo. *O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal*. 1º. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.floresta
- CORSI, F. L. A política econômica do governo Dilma: baixo crescimento e recessão. *Novo Rumos*, v. 53, n. 1. ISSN 102-5854.
- DELLA, Mariana B.; WENTZEL, Marina. Discurso de Bolsonaro deixa ativistas 'estarecidos' e leva OAB a pedir sua cassação. *BBC*, 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb. Acesso em: 20 jun. 2024.
- IASI, M. L. *As metamorfoses da consciência de classe PT: O PT entre a negação e o consentimento*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- KONCHINSKI, Vinicius. Bolsonaro já privatizou um terço das estatais. *Brasil de Fato*, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/14/bolsonaro-ja-privatizou-um-terco-das-estatais>. Acesso em: 21 jun. 2024.
- LEMONS, Renato. Fernando Collor de Mello. *Atlas Histórico do Brasil - FGV*, 2009. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/1418>. Acesso em: 19 agosto 2024.
- LÖWY, Michael. Extrema direita e neofascismo: um fenômeno planetário: o caso Bolsonaro. In: FARIA, Fabiano Godinho; MARQUES, Mauro Luiz Barbosa. *Giros à direita: análises e perspectivas sobre o campo liberal-conservador*. Sobral-CE: Sertão Cult, 2020.
- MARQUES, R. M.; MENDES, A. O Social no Governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal. *Revista de Economia Política*, v. 26, n. 1. janeiro/março 2006.
- MARX, K.; ENGELS, F. *O manifesto comunista*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021. ISSN 978-65-5548-018-4.
- OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de; POCHAMANN, Marcio. *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. 1º. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. *Estado, Classe e Movimento Social*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2010. v. 5. ISBN 978-85-249-1678-74.

- NETTO, J. P. Capitalismo e barbárie contemporânea. *Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*, Vitória (ES), v. 4, n. 1. jan/jun 2012.
- ROSENMAN, Marcos R. Portal contemporâneo da América Latina e Caribe. *USP*, 2016. Disponível em: <https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-neoliberalismo>. Acesso em: 17 jun. 2024.
- SAMPAIO JR., Plínio de A. Desenvolvementismo e neodesenvolvementismo: tragédia e farsa. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, p. 672-688, out/dez 2012.
- ZIMMERMANN, C. R.; SILVA, M. da C. Combate à fome e miséria no governo Lula: garantia do direito à alimentação? *Revista Espaço Acadêmico*, n. 129. fevereiro 2012. ISSN 1519-6186.
- FOME atingiu 29 milhões de brasileiros no fim do governo Bolsonaro, diz estudo. *GI*, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/noticia/2023/05/16/fome-atingiu-29-milhoes-de-brasileiros-no-fim-do-governo-bolsonaro-diz-estudo.ghtml>. Acesso em: 21 jun. 2024.
- TAXA de desemprego dobrou na gestão de Bolsonaro em relação a governos petistas, aponta estudo. *Brasil de Fato*, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/09/21/taxa-de-desemprego-dobrou-na-gestao-de-bolsonaro-em-relacao-a-governos-petistas-aponta-estudo>. Acesso em: 21 jun. 2024.
- VERENICZ, Marina. Sob governo Bolsonaro, trabalhador formal nunca recebeu aumento real no salário. *CartaCapital*, 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/sob-governo-bolsonaro-trabalhador-formal-nunca-recebeu-aumento-real-no-salario/>. Acesso em: 21 jun. 2024.